



Número: **0828531-05.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **09/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RICARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO (AUTOR)		DARIO DE SOUZA NOBREGA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45692292	05/07/2019 12:26	AÇÃO DPVAT RICARDO X LIDER SEGUROS.	Outros documentos



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS
CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN

RICARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, brasileiro, portador do CPF: 053.955.374-30, residente e domiciliado na Rua Marques de Abrantes, 451, Cj. Pajuçara I, CEP: 59131-300, Natal-RN, vem muito respeitosamente à presença de V. Ex^a, requerendo desde já os benefícios da **Justiça Gratuita**, conforme art. 99 e seguintes do NPCP; eis que a requerente **não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento**, com endereço para correspondência na Av. Itapetinga, 1958, Conj.: Santarém B: Potengi, CEP: 59124-400, Natal/RN, através do seu procurador e advogado, inscrito com OAB/1602-RN (DOC nº01), abaixo assinado, vem respeitosamente propor a presente.

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. COMPLEMENTO

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608.0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP-20.031.201, expondo e ao final requerendo o seguinte:

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





I -DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA:

01- De início, cabe registrar que a atual situação econômica da parte autora não lhe permite pagar as custas processuais e os honorários advocatícios.

02- Além disso, o caput do art. 98 do Novo Código de Processo Civil dispõe sobre aqueles que podem ser beneficiários da justiça gratuita:

“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”

03- A redação do dispositivo supracitado é clara e objetiva, não deixando margens a interpretações duvidosas.

04- Ainda sobre a gratuidade a que tem direito a pessoa natural, o NCPC dispõe que ***“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”***. Assim, à pessoa natural basta a mera **alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira.**

05- Neste aspecto, tem sido reiterado o entendimento dos Tribunais pátrios, Especificamente, a SÚMULA Nº 481 DO STJ, no sentido de que para a concessão de justiça gratuita, **não se faz necessário que o requerente demonstre com farta prova pré-constituída, um estado total de miserabilidade e penúria, mas tão somente que declare expressamente de próprio punho ou através de seu patrono constituído, a impossibilidade de pagar as custas do processo, visto que o pagamento desta e dos demais ônus processuais certamente comprometeriam seu orçamento próprio e familiar, que já é administrado de forma limitada e insuficiente.**

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





06- Dessa forma, por ser medida de justiça, deve ser deferido o Benefício da Justiça Gratuita em favor da parte autora, em razão da mesma não poder arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e de sua família.

II –DOS FATOS:

07- A parte autora informa que no dia 25/05/2017, por volta das 20h30m, quando estava em seu horário de trabalho como Motoboy, passando pela rotatória da Avenida Itapetinga, colidiu com um veículo não identificado, pois o motorista evadiu-se do local, vindo o autor cair ao solo.

08- O autor no momento do acidente nada sentiu, apenas escoriações, o que levou o mesmo a deixar seu horário e retornar a sua residência.

09- Com o passar dos dias, o autor começou a sentir fortes dores na perna esquerda, e no dia 01/06/2017 dirigiu-se a UPA do Bairro Pajuçara, aonde foi atendido e submetido a um tratamento de com antibióticos e analgésicos.

10- Quatro dias após o primeiro atendimento, e sem nenhum resultado, pois o autor ainda se encontrava com fortes dores, o autor em 05/06/2017 retornou a unidade de pronto atendimento, e foi informado que naquela unidade ele só seria medicado, e que procurasse atendimento de urgência no Hospital Dr. José Pedro Bezerra.

11- **O autor continuou com o tratamento em casa, porém as feridas não saravam e as dores só pioravam, então o autor procurou atendimento de urgência em 14/06/2017 no Hospital Dr. José Pedro Bezerra, aonde foi pedido de imediato um Raio-X, e com o resultado foi constatado que o autor estava com a perna necrosando, sendo submetido a cirurgia de urgência. Sendo o autor internado no mesmo dia, e submetido a cirurgia no dia seguinte (15/06/2017), sendo submetido a anestesia Raqui Peridural.**

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





12- Ocorre que devido à gravidade das lesões sofridas e suas consequências, a parte autora encontra-se incapacitada para suas ocupações habituais, conforme se prova com os documentos acostados à exordial, onde é possível se aferir a ocorrência dos danos sofridos pela parte requerente, a que resultou em invalidez permanente.

13- Verificou a parte autora, que o pagamento administrativo, não foi realizado conforme a sequela sofrida. Entendendo que sua DEBILIDADE É DE CARATER TOTAL, portanto, faz jus ao pagamento integral das lesões advindas do sinistro.

14- O seguro DPVAT, foi requerido administrativamente junto à demandada, que ao liquidar o sinistro **o fez a menor pagando ao promovente apenas o valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).**

15- **Destarte, não resta outra saída senão socorrer-se no Judiciário para conseguir a indenização securitária a que tem direito.**

III - DO DIREITO:

– Do Seguro DPVAT

16- O seguro DPVAT foi criado em 1974 para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo território nacional.

17- O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: **Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre.** Isso significa que o DPVAT é um **seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).**

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





18- A norma jurídica que disciplina o seguro DPVAT sofreu grandes alterações após a criação da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, que modificou de forma substancial a Lei 6.194/74.

19- Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I – Quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - Quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





proporcional da indenização que **corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**

Grifo nosso.

20- Quanto ao Direito à percepção do seguro, a normal em análise, art. 5º, preceitua que:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Grifo nosso.

21- A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) **que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.**

22- Ademais, salienta-se ainda, **que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.**

23- Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

24- Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





25- Além disso, os documentos comprobatórios demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.

- DO VALOR DEVIDO:

26- A Lei nº. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização às vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez, conforme dispõe o art. 3º, II, in verbis:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

(...)

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)”.

Grifamos

- DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA:

27- Constata-se, que a invalidez a que ficou submetido o Autor, corresponde a **PERCA ANATOMICA FUNCIONAL DO MEMBRO INFERIOR DIREITO, ENTRE OUTROS, sendo que, a seguradora Ré, pagou ao mesmo a importância de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).**

28- Vislumbra-se que, a Demandada deveria ter pago a indenização na importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





29- Ora Douto Julgador, o deslinde da lide em tela é simples, tudo não passa de uma simples operação matemática, visto que, a Requerida, deveria ter pago ao Promovente, pela invalidez a que ficou restrito, cujo valor deve ser devidamente corrigido monetariamente e acrescido de juros, desde a data do pagamento a menor.

-DOS JUROS:

30- Para dissipar quaisquer dúvidas quanto a incidência de juros e da correção monetária, o Superior Tribunal de Justiça, através da a Súmula 54, assim tem decidido:

“Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em casos de responsabilidade extracontratual”.

31- Como se infere na Súmula, os juros, bem como a incidência da correção devem fluir a partir do evento danoso.

“APELAÇÃO CIVEL- AÇÃO DE COBRANÇA- SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – VALOR DA INDENIZAÇÃO – CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS. A correção incide desde a data do evento - coetânea com a do prejuízo, e os juros deste a data do evento danoso por se tratar de responsabilidade legal e extracontratual . Precedentes desta Corte e Súmula n. 54 do STJ. Apelos parcialmente providos (TJRS-APC 70000631473-1º C. Civ. Esp-Rel. Des. Adão Sergio do Nascimento Cassiano – J. 28/12/2000).”

SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. DPVAT INVALIDEZ. PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. Considerando que já houve pagamento parcial, não resta dúvida acerca da caracterização da invalidez permanente, restringindo-se a discussão ao quantum indenizatório devido. (...). A correção

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





monetária, pelos índices do IGP-M, deve ser apurada a partir da data do pagamento parcial, bem como dos juros legais de 1% ao mês. (TJRS Rel. Desa. Mylene Maria Michel Recurso Cível nº 71001404342 Julgado em 05.09.2007).

IV - DOS PEDIDOS:

32- Pelo Exposto, requer:

a) Que seja citada a promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

b) A procedência dos pedidos da ação para condenar a Requerida a **pagar a DIFERENÇA entre o valor já adimplido administrativamente e a porcentagem de invalidez apurada qual seja o valor de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)**, acrescido de correção monetária desde o evento danoso;

c) **A não realização de audiência de conciliação ou mediação**, nos termos do art. 319, inciso VII do Novo Código de Processo Civil;

d) **A gratuidade da Justiça** nos termos do art. 98 do Novo Código de Processo Civil;

e) Que o valor da condenação seja acrescido de **juros e correção monetária, retroativo a data do sinistro**, com base na Súmula 54 do STJ;

f) Seja a demandada **condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente aos honorários advocatícios**;

g) Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente, na produção de Prova Pericial, no sentido de quantificar o grau de lesão

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)





Dá-se a causa o valor de **R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais).**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Natal-RN, 03 de Julho de 2019

Dário de Souza Nóbrega
OAB/RN – 1602

Av. Itapetinga, 1958, Conj. Santarém, B: Potengi, – Natal/RN Fone: (3661-7496)

